

## **MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 14.878 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECLTE.(S)</b>	<b>: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECLDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO CEARÁ - SINDELETRO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FRANCISCA JANE EIRE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

### **DECISÃO**

#### **RECLAMAÇÃO – AFASTAMENTO DE PRECEITO LEGAL – VERBETE VINCULANTE Nº 10 DA SÚMULA – LIMINAR DEFERIDA.**

1. Companhia Energética do Ceará – Coelce afirma haver a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho olvidado o Verbetes Vinculante nº 10 no julgamento do Recurso de Revista nº 258200-62-2001-5-07-0001, ao afastar a aplicação do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995.

Segundo narra, o Ministério Público do Trabalho formalizou ação civil pública objetivando impedir a prática de terceirização de serviços inerentes às atividades finalísticas da concessionária de energia elétrica. O Juízo entendeu procedente o pedido, decisão posteriormente reformada

pelo Regional do Trabalho, em recurso ordinário. Em sequência, o órgão reclamado deu provimento ao recurso de revista interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

Consoante sustenta, no ato ora impugnado, inobservou-se o artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, sem suscitar-se o incidente de inconstitucionalidade, conforme exigido pelo artigo 97 da Carta da República, como se poderia extrair da seguinte passagem do acórdão:

Não se pode perder de vista que a Constituição Federal, ao primar pelo reconhecimento dos valores sociais do trabalho (art. 1º, IV, CF), está a acenar que a força de trabalho emprestada pelo empregado à atividade precípua do empreendedor, na hipótese de lucros (art. 7º, XI, CF), possa reverter-se em proveito do trabalhador, o que redundaria na observância de outro fundamento, o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF). Posição de vantagem inconcebível no caso de trabalho terceirizado. Assim é que a Lei nº 8987/95, em seu artigo 25, § 1º, ao dispor que, "sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados", não autoriza a empresa do ramo de energia elétrica contratar mão de obra, mediante terceirização, para prestar-lhe serviços de construção e manutenção de rede de distribuição de energia elétrica, atividade fim do empreendimento econômico. Há, pois, limites para se tolerar a prestação de trabalho terceirizado no âmbito de empresas encarregadas da construção e manutenção de rede de distribuição de energia elétrica.

Afirma que o dispositivo legal em questão autoriza a contratação de terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou

complementares ao serviço concedido. Argumenta estar o preceito em harmonia com os artigos 174 e 175, parágrafo único, inciso I, da Carta Federal. Diz que o Superior do Trabalho consignou ser a norma incompatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho, da não discriminação e da isonomia.

Ressalta que o Verbete nº 331 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, limitador das possibilidades de terceirização, foi editado quase uma década antes da Lei nº 8.987/1995, razão pela qual não pode ser considerada declaração de inconstitucionalidade por órgão do Plenário. Alude à existência de pedido expresso do Ministério Público, formalizado na petição inicial, para que fosse proclamada a inconstitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995. Menciona, ainda, as decisões liminares proferidas nas Reclamações nº 11.275/AC e 11.904/PR, ambas relatadas pelo ministro Dias Toffoli, nas quais foram suspensos acórdãos com idêntico conteúdo.

Sob o ângulo do risco, reporta-se à possibilidade de imposição de multa diária no valor de R\$ 10.000,00, consoante estipulado na sentença. Assevera que o cumprimento do ato reclamado importará a rescisão de contratos com todas as empresas prestadoras de serviço de mão de obra, tendo por consequências a demissão imediata de milhares de empregados e o risco à continuidade do serviço público.

Postula o implemento de medida acauteladora para suspender a eficácia do acórdão reclamado, formalizado no Recurso de Revista nº 258200-62-2001-5-07-0001. No mérito, requer a cassação do referido ato, determinando seja a matéria submetida ao órgão competente para a apreciação.

2. Nota-se haver sido afastado, sem a instauração do incidente de inconstitucionalidade, o artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, o que impossibilitou a concessionária contratar mão de obra, mediante



terceirização, para a prestação de serviços de construção e manutenção da rede de distribuição elétrica.

3. Defiro a liminar para suspender, até a decisão final desta reclamação, a eficácia do acórdão proferido pela Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho no Recurso de Revista nº 258200-62-2001-5-07-0001.

4. Deem ciência, via postal, desta reclamação aos interessados e solicitem informações. Com o recebimento, colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 26 de novembro de 2012.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator